

À Excelentíssima Senhora Doutora Cyrdenia da Gama Botto
De José Fortunato Neto.

Inicio dizendo que me encontro em posição, digamos, estranha: considero difícil falar de nós mesmos, sem extrapolar para o elogio indevido ou pactuar com o auto engano. Daí porque demorei para escrever-lhe. Mesmo agora, não estou certo de que o faço correta e eficazmente. Nada obstante, gostaria de colaborar com seu ideário, por tudo o que representa.

Ingressei no Ministério Público aos 31 de outubro de 1990, tendo me aposentado, em entrância final (8º PJ de Rio Claro), aos 31 de outubro de 2012, exatos 22 anos depois.

No interregno, após o período como substituto, assumi a PJ de Cordeirópolis, onde fiquei por 09 (nove) anos e 02 (dois) meses, de 29 de fevereiro de 1992 a 30 de abril de 2001. Nessa Comarca, dentre as diversas atividades (das comuns ou normais às extraordinárias), destaco os trabalhos sociais, dentre eles, o de obter financiamento privado para a construção da primeira e até então única obra pública no populoso bairro Jardim Progresso, consistente em uma quadra toda voltada à infraestrutura social, com ambulatórios médico e odontológico, parque infantil e escola municipal, dentre outros benefícios. Ali também conseguimos a instalação de ‘bombas de recalque’, posto que o bairro achava-se abaixo da linha do horizonte, para a retirada do escoto que corria pelas sarjetas onde crianças brincavam. Talvez por isso, esse ‘Centro Social’ – cuja correta designação não me ocorre no momento – tenha recebido o nome de minha saudosa genitora, Leonor Fortunato. Destaco, ainda, o inicio de minha identificação com as causas ambientais, ao dar início ao controle da poluição gerada pelas inúmeras indústrias cerâmicas ali instaladas. Mesmo sem norma apropriada, acordamos com todos os empresários, via procedimentos administrativos, cujos arquivamentos foram devidamente homologados pelo CSMP, a respeito da imprescindível instalação de filtros, para evitar a descarga na atmosfera dos resíduos poluentes, especialmente o fluoreto. Somente depois é que surgiu uma norma aplicável (Portaria Cetesb nº 11, de 10 de julho de 2003 - D.O. de 22/07/03). Assim, à época dos acordos, nem o órgão ambiental tinha como aplicar alguma sanção. Não posso deixar de mencionar que a Câmara Municipal me conferiu, em 1998, o título de ‘Cidadão Cordeiopolense’.

Em seguida, me promovi para a Comarca de Brotas onde fiquei por quase 06 (seis) anos, e, já ‘fiscado’ pelo cuidado ambiental, tratei de aprimorar os conhecimentos necessários, tendo concluído Mestrado em Engenharia Ambiental pela EESC-USP e, ainda, pela mesma instituição, concluí curso de Educação Ambiental. Dentre outras, alinhavo duas ações nessa área:

A primeira se refere às obras de duplicação da Rodovia SP-225 quando, também de forma acordada, logramos alterar o EIA-RIMA, para – por exemplo – mudar o traçado em alguns trechos, preservar espécimes da flora e construir ‘passagens de nível’, canais subterrâneos que permitem o deslocamento da fauna local.

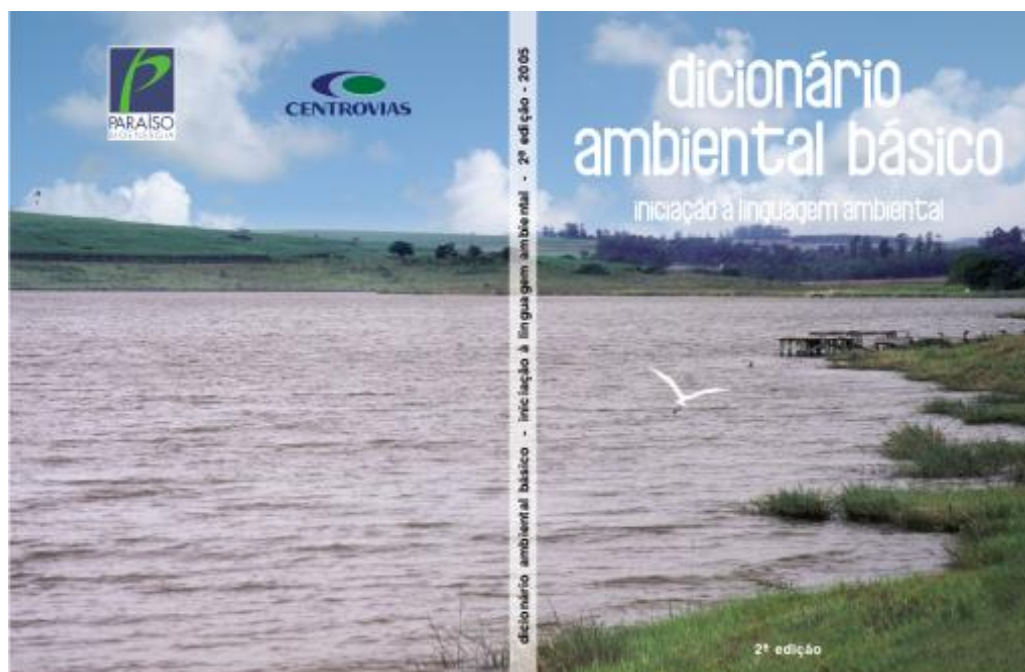
A segunda diz respeito a um projeto de educação ambiental, denominado “Dicionário Ambiental Básico: Iniciação à Linguagem Ambiental”, porém, na verdade, não é propriamente um dicionário, pois tem a estrutura de um glossário formado pelos termos ambientais de uso mais comum, redigidos em uma linguagem simplificada, com o fito de se alinhar pedagogicamente ao nível de compreensão de seu público alvo. Recebeu esse nome porque carrega em seus genes uma introdução à linguagem ambiental, concretizando-se em um projeto altruísta, em que os valores econômico-financeiros foram excluídos. Para a sua consecução, contei com a colaboração voluntária de integrantes da sociedade civil na escolha dos verbetes ambientais mais significativos, bem suas transcrições da forma menos rebuscada possível. Esses colaboradores, inclusive, renunciaram, expressamente, a eventuais direitos autorais. Para atingir seu público alvo, deve ser distribuído a todos, indistintamente, de forma a resgatar a cidadania pela inclusão. Tem como perspectiva tornar-se um instrumento de Educação Ambiental de caráter perene, na medida em que, sendo fonte primária de referência, porém, utilizando-se de uma linguagem pedagogicamente adaptada à capacidade de compreensão de seu público alvo imediato, não se esgota no momento em que chega às mãos dos estudantes. Assim, idealizei o projeto buscando, ao mesmo tempo, municiar todas as crianças de uma determinada comunidade (uma cidade, um bairro ou mesmo uma única escola) e de uma determinada faixa etária ou nível de alfabetização (que, inicialmente imaginei que devesse ser aquele alcançado ao término das primeiras séries do ensino fundamental, mas não de forma excludente, ao contrário), com uma ferramenta útil e

didática, que pudesse servir de lastro a múltiplas atividades pedagógicas e que estimulasse a curiosidade infantil pela busca de um meio ambiente ecologicamente equilibrando. No início do ano de 2004, apresentei a ideia para alguns representantes da empresa “Paraíso Bioenergia Ltda.”, com cujo apoio logrou-se editar, pela primeira vez, o “Dicionário Ambiental Básico: Iniciação à Linguagem Ambiental”. Sucessivas edições permitiram que fosse levado a diversas cidades paulistas, bem como a Uberaba/MG, Fortaleza/CE e São Luiz/MA, tendo sido impressas 09 (nove) edições, a última em 2011. A imagem ao final ilustra uma das edições.

Em Brotas, em 2007, também fui agraciado com o título de ‘Cidadão Brotense’.

Por fim, me promovi para a Comarca de Rio Claro, onde também fiquei por quase 06 (seis) anos, tendo exercido funções regulares nas áreas penal e cível, além de ter sido Secretário da Promotoria por 02 (dois) anos.

Sem mais formalismos, despeço-me, sinceramente,
José Fortunato Neto



Capa da Segunda Edição - 2005